

DESCLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA PARA ARQUIVOS PESSOAIS:
um estudo exploratório e epistêmico no âmbito da Governança Arquivística a
partir da teoria de García Gutiérrez

ARCHIVAL DECLASSIFICATION FOR PERSONAL ARCHIVES:
an exploratory and epistemic study in the context of Archival Governance
based on García Gutiérrez's theory

Sérgio Rodrigues Santana¹
Eliane Epifane Martins²
Daniel Jackson Estevam da Costa³

RESUMO

A desclassificação arquivística é uma ação metacognitiva de reavaliar os agrupamentos documentais realizados, e pode ser aplicada no âmbito dos arquivos pessoais. Contudo, quais são as bases técnica-epistêmicas da desclassificação arquivística que se aplique aos arquivos pessoais? Objetivou descrever e discutir as bases técnica-epistêmicas da desclassificação arquivística em vista dos arquivos pessoais no âmbito da Governança arquivística e através do pensamento de García Gutiérrez. A justificativa a partir da complexidade referente aos arquivos pessoais. Adotou a abordagem mista quanti-qualitativa, e o método exploratório para realização deste estudo preliminar. Os resultados de pesquisa apontam oito bases epistêmicas para promoção da desclassificação: o erro, a mudança de status, a mudança de suporte, a evolução e ruptura tecnológica, a evolução e ruptura técnica, condições de sigilo, a discriminação e o preconceito, os riscos de perda de informação. Como hipótese construída, a desclassificação pode ser pensada e aplicada através de oito bases epistêmicas, porém, deve-se promover outros estudos teóricos e práticos para amadurecimento destas descobertas, ou para refutá-las.

Palavras-chave: Desclassificação; Governança Arquivística; Arquivos Pessoais; García Gutiérrez.

ABSTRACT

Architectural declassification is a metacognitive action to reassess the documentary groups created, and can be applied in the area of individual archives. Contudo, what are the technical-epistemic bases of architectural declassification that apply to personal archives? Objectiveu to discover and discuss the technical-epistemic bases of architectural declassification in view of two personal archives in the scope of architectural governance and through the thoughts of García Gutiérrez. A justification based on the complexity of personal files. We adopt a mixed quanti-qualitative approach, and the exploratory method for carrying out this preliminary study. The research results point to epistemic bases for the promotion of declassification: error, change in status, change in support, evolution and technological rupture, evolution and technical rupture, conditions of secrecy, discrimination and preconception, the risks of loss of information. As hypothesized, declassification can be thought about and applied through some epistemic bases,

¹ Arquivista | Doutor em Ciência da Informação | sergiokafe@hotmail.com

² Bibliotecária | Mestra em Ciência da Informação | jadyeliane@gmail.com

³ Químico | Doutorado em Ciências | danieljacksonpb@gmail.com



therefore, other theoretical and practical studies must be promoted to mature these discoveries, or to refute them.

Keywords: Declassification; Architectural Governança; Arquivos Pessoais; García Gutiérrez.

1 INTRODUÇÃO

A inovação trata da melhoria das formas do fazer e refazer, é um processo constante nas organizações, áreas e nações (Tohidi; Jabbari, 2012). Na Arquivologia, ela pode representar uma inclinação epistêmica voltada para promover melhorias dos paradigmas científicos, especialmente ao se considerar a Governança arquivística em relação ao avanço da área. Essa parceria é produtiva, pois conforme Jardim (2018), a Governança arquivística é uma reflexão do fazer e refazer mediante seu objeto que se figura a gestão arquivística. Essa reflexão considera os aspectos sociais, culturais, políticos e também técnico-científicos no cenário arquivístico, tendo em vista à prática de criar condições no sentido das intra-áreas 'qualidade' e 'democracia' para que os acervos arquivísticos sejam bem cuidados, preservados e acessados.

A reflexão e a prática do fazer e refazer no ponto de intersecção entre a inovação e Governança arquivística abordam também a construção de tecnologias e técnicas para o campo, pois para Bachelard (1996) toda ciência tem suas tecnologias e técnicas, e como tal, a Arquivologia tem e valoriza as suas próprias e clássicas, sem negar as necessidades e possibilidades de pensar e construir novas. Focar na construção e uso das tecnologias e técnicas é imperativo porque elas se originam dos aspectos sociais, culturais, políticos e também técnico-científicos de um determinado tempo espaço e o que cada aspecto citado exige e/ou demanda.

Na atualidade, ao definir os aspectos, as intra-áreas, os objetivos e objeto da Governança arquivística quanto às formas do fazer e refazer, define-se por consequência investigar quais são, e como ocorre a intersecção dos artefatos, das informações, dos conhecimentos da inovação que promovem a teoria e a prática da desclassificação no *status* de tecnologias e técnicas da Arquivologia. Nessa lógica, a Governança Arquivística vem à baila, especialmente, quando se visualiza os arquivos pessoais, que se figuram um arranjo de documentos produzidos, recebidos e acumulados ao longo da vida por um sujeito, o que os tornam complexos e multifatoriais frente à intersecção entre a individualidade, subjetividade e humanidade (Silva; Silva 2013).



A classificação arquivística é uma atividade cognitiva, enquanto a desclassificação arquivística envolve uma ação metacognitiva, que consiste na reavaliação dos agrupamentos documentais realizados na classificação, com o objetivo de proceder à sua reclassificação à luz de novos critérios ou contextos. Para García Gutiérrez (2006, p. 110) a desclassificação, é “uma operação com categorias abertas, cuja tendência última é o pluralismo lógico, cultural, social ou cognitivo”. Trata-se de um convite aos pesquisadores arquivistas para a reavaliação contínua de conceitos e itens informacionais, estimulando a incorporação de novas perspectivas que possam ter sido negligenciadas nas classificações iniciais (Bezerra, 2019). Essas classificações iniciais podem ter em suas bases aspectos sociais, cultural, político e técnico-científicos superados, inadequados ou podem ser melhorados, como também atualizados.

Deste modo, com o foco na inovação tecnológica e técnica no âmbito Governança arquivística, quais são as bases técnica-epistêmicas da desclassificação arquivística que se apliquem aos arquivos pessoais? Essa pesquisa descreveu e discutiu as bases técnica-epistêmicas da desclassificação arquivística em vista os arquivos pessoais no âmbito da Governança arquivística e do pensamento de García Gutiérrez. A justificativa versa sobre a complexidade, como a falta de derivação teórica, conceitual e tecnológica-técnicas referente aos arquivos pessoais, pois para Yeo (2008) os arquivos pessoais passam um tanto ao largo do processo de constituição das teorias arquivísticas, o que dificultada sua visibilidade enquanto construto da Arquivologia.

2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Adotou a abordagem mista quanti-qualitativa por duas perspectivas: a) situar-se entre a o conhecimento da pesquisa quantitativa e qualitativa que aumenta o alcance de uma solução viável de interesse do pesquisador e da sua própria ciência (Farias Filho, 2018); b) quando se pretende avaliar um campo científico através da perspectiva poliepistemológica de forma mais efetiva, essa abordagem promove as condições de entender o fazer técnico por meio da intersecção de dados estatísticos e teóricos (Günther, 2006).

No viés qualitativo, a pesquisa se debruçará sobre os dados teóricos, assim sendo essencialmente subjetivos como contributo para compreender os fenômenos que surgem dos aspectos compreensivo e interpretativo (Günther, 2006, p. 5), e suas ‘[...] relações complexas ao invés de explicá-las por meio do isolamento de variáveis. Uma segunda



característica geral é a construção da realidade.’ Quanto ao viés quantitativo, se debruçará sobre os dados numéricos, ela será utilizada para construção do *corpus*, e na consideração do fazer e refazer científico, que pode ser avaliado através da produção bibliográfica produzida e quantificável, quanto à classificação, desclassificação e os arquivos pessoais.

Em função da escassez de investigações sobre a teoria da Desclassificação de García Gutiérrez (DGG) ainda pouco explorada no campo da Arquivologia, esta pesquisa adotou o Método Exploratório (ME), como estudo preliminar para definir um escopo temático para futuras pesquisas, especialmente para pesquisa aplicadas na construção de tecnologias e técnicas para pavimentar as investigações com metodologias mais amplas e mais abrangentes acerca da DGG (García Gutiérrez, 2007).

Ao examinar uma temática e/ou fenômeno raramente estudado, o ME busca construir novos conhecimentos e explicações, sem a formulação de hipóteses estabelecidas (Gil, 2019). Assim, o ME tem como objetivo desenvolver novos conceitos e ideias, além de formular hipóteses passíveis de serem testadas em estudos futuros. O ME pode ser aplicado por meio de muitas técnicas, e nesta pesquisa se adotou a inclinação bibliográfica, em que o levantamento bibliográfico acerca da teoria da DGG, como sua relação com a Arquivologia. Assim, o *corpus* foi constituído de teses, dissertações e comunicação científicas, e, a revisão destes conteúdos bibliográficos para identificar os padrões que compõem a teoria da DGG.

A busca para a construção do *corpus* ocorreu em dois momentos no primeiro semestre de 2024. A primeira parte da busca foi feita na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) que contempla a produção da Arquivologia. Nesta base a busca foi realizada utilizando os buscadores ‘teoria da desclassificação’, ‘desclassificação’, ‘García Gutiérrez’ e ‘desclassificação arquivística’, a partir dos filtros ‘todos’ e ‘título’ e ‘palavras-chave’.

Na segunda parte, a busca ocorreu de forma avulsa no *Google*, utilizando os mesmos marcadores da busca feita na BRAPCI, assim se recuperou conteúdo de bases como o *Scielo*, *Research Gate* e também de alguns repositórios temáticos e institucionais. O recorte temporal abrange o período de 2007 a 2024, porém, a seleção do *corpus* foi realizada com base no critério de saturação. Esse mecanismo epistemológico se refere à adição contínua de novos dados e informações bibliográficas até o momento em que esses não oferecem novas perspectivas ou conhecimentos ao *corpus*, assim a saturação é atingida, indicando que o *corpus* está completo (Thiry-Cherques, 2009).



A partir da flexibilidade do ME (Malhotra, 2006), foi possível explorar novos territórios, incluindo sua aplicação prática em relação às suas dimensões e protocolos. Em relação às dimensões, o ME pode ser realizado segundo o modelo tradicional e/ou o modelo proposto (Piovesan; Temporini, 1995, p. 322), ambos aplicados nesta pesquisa devido à sua natureza epistemológica. Para Piovesan e Temporini (1995), no modelo tradicional a mente do pesquisador volta-se para o que está sendo observado problema de pesquisa e os resultados. No modelo proposto, a pesquisa exploratória volta-se para valores subjetivos que são postos em suspensão no fluxo da consciência e da sciência epistemológica das perguntas e o que agrega o resultado, e seus valores subjetivos excedentes delas. Assim, a criatividade científica é posta em prática para o grau de controle possível de vieses subjetivos, materiais e mentais que serão feitos na medida do possível.

Quanto aos protocolos que diferencia o ME de uma simples 'etapa exploratória', 'fase exploratória', 'tipo de pesquisa' e/ou apenas aplicada aos objetivos de uma pesquisa Gil (2019), é o direcionamento como método por aplicação de cinco protocolos: a 'localização de lacunas', a 'descrição das lacunas'; a 'formulação de novas hipóteses'; a 'descrição das novas hipóteses' e a 'reflexão e a reavaliação' (Santana; Melo; Martins, 2024). A 'localização de lacunas' é o protocolo mais importante, pois se refere aos indícios de um fenômeno, sejam eles de temas, técnicas, teorias e, epistemologia e/ou poliepistemológico, que no caso desta pesquisa, os indícios voltam para o fazer e refazer da Arquivologia, e nesta pesquisa se localizou a lacuna temática acerca da desclassificação arquivística para arquivos pessoais nunca investigadas (Santana; Melo; Martins, 2024).

A 'descrição das lacunas' busca justificar suas existências, ressaltando a importância de serem investigadas, isso envolve descrevê-las por meio de suas características, forças e possíveis origens (Santana; Melo; Martins, 2024). A 'formulação de novas hipóteses' diz acerca das lacunas de temas, técnicas, teorias, epistemologia e/ou poliepistemológico, que no caso desta pesquisa, essas são apontadas nas discussões, em que a desclassificação arquivística teoricamente pode ser aplicada pelo 'erro', a 'mudança de *status*', a 'mudança de suporte', a 'evolução e ruptura tecnológica'; a 'evolução e ruptura técnica', 'condições de sigilo', a 'discriminação e o preconceito' e os 'riscos de perda de informação'.

A descrição das 'novas hipóteses' significa a ação de nomeá-las, bem como apontar suas características, com objetivo de fornecer aos futuros pesquisadores dados



suficientes para sua verificação, refutação e aplicação (Santana; Melo; Martins, 2024). Assim, descrição das 'novas hipóteses' estão delimitadas nas análises e discussão deste estudo, nomes e suas características. Outro protocolo importante se configura a 'reflexão e reavaliação' que são apontadas na conclusão desta pesquisa, ela versa nos processos, técnicas e/ou estratégias e suas eficácias, e profundidade, e os resultados para melhorar futuras pesquisas, como também os resultados obtidos que podem identificar sobre os mesmos os melhores ajustes para estudos futuros (Gil, 2019; Santana; Melo; Martins, 2024).

3 ARQUIVO PESSOAL

Para Carvalho (2020) as discussões conceituais não são suficientes para demarcação da natureza de arquivo pessoal de forma adequada, fato que é problemático, mas, que ao mesmo tempo, sinaliza para estudos epistêmicos que foquem essas fragilidades, em que os arquivistas devem se debruçarem com mais ênfase.

Ainda para Carvalho (2020) quando o pesquisador se inclina para os estudos dos arquivos pessoais ele é lançado dentro de um labirinto terminológico sem definições claras e consenso quanto aos conceitos. Contudo, Córdula *et al.* (2019) trazem luz a uma distinção que se aproxima de construções epistêmicas pertinentes do arquivo pessoal, argumentando que os eles contêm memórias e podem ser reinterpretados, revelando tanto aspectos desconhecidos como invisíveis. Isso significa dizer que sobre os arquivos pessoais as abordagens de interpretação encontram terreno fértil, pois os arquivos pessoais são interpretativos, e sobretudo, tem um caráter subjetivo que os demarca, o que não ocorre como a nação de arquivos públicos. Portanto, os itens documentais pessoais refletem a personalidade da pessoa produtora, seus hábitos, crenças, comportamentos, vivências, realizações e relacionamentos vivenciados pelo titular. Neste sentido, de alguma forma serve como testemunhas do contexto social e coletivo através do tempo e espaços ao destacar a história e memórias. Portanto, os arquivos pessoais são constituídos, especialmente, de memórias individuais e com o potencial de memórias coletivas (Camargo; Goulart, 2007; Córdula; Silva, 2023).

Quanto à memória, ela pode ser tanto individual quanto social, porém os arquivos pessoais, em sua essência, não têm a finalidade de narrar a história do mundo ou os aspectos sociais e coletivos. Esse ocorre por que um sujeito cria o seu arquivo de forma espontânea e com objetivos de atender sua subjetividade e personalidade, e não de forma



compulsória através de um determinado mecanismo jurídico, regra, estatuto, regulamento e outros (Hobbs, 2001). Portanto, o alargamento o conceito de arquivos pessoais para compreender os aspectos sociais e coletivos são excedentes, que ocorrem quando eles são avaliados por algum pesquisador, quando a sua custódia é posteriormente transferida para a esfera pública (Carvalho, 2020). Destarte, os arquivos pessoais em essência se referem à memória individual, ela se liga a identidade, pois há laços fundamentais entre esses dois construtos, em que a memória é faculdade primeira nutre a identidade (Candau, 2012).

A narrativa dos arquivos pessoais, no que se refere à memória e à identidade, se desenvolve a partir de duas perspectivas: compulsória e facultativa. No primeiro caso, versa na produção de documentos oficiais que constituem os sujeitos civil e cidadão, com os: documentos de identificação, documentos financeiros, documentos de propriedade, documentos de saúde, documentos educacionais, documentos profissionais. No segundo correspondências e objetos pessoais através de artefatos, fotografias, anotações variadas, como e outros resquícios que versam sobre o sujeito subjetivo (Camargo; Goulart, 2007).

O conceito de 'documento' se expande no âmbito dos arquivos pessoais, como faz Briet (1951) ao apontar o caso do antílope. A autora afirma que um documento é um objeto de evidência, prova e/ou fato, de tal modo, que os documentos nos arquivos pessoais podem ser analógicos, digitais e tridimensionais. Essa lógica é vista por Carvalho (2020) quanto à diversidade de tipologia, massa, formatos, tangibilidade e intangibilidade compreendida por Briet (1951) e Carvalho (2020) quanto aos arquivos pessoais. Esses aspectos estão mais claramente demarcados nos arquivos pessoais do que nos acervos dos arquivos públicos e institucionais, pois a padronização presente nestes últimos limita a incorporação de outros artefatos, suportes, resquícios e indícios, logo os significados tendem a ser mais restritos (Camargo; Goulart, 2007; Córdula *et al.*, 2019).

Neste sentido, ao trabalhar com arquivos pessoais é importante, pois eles têm marcas específicas e peculiares que o distingue e enriquece as discussões epistêmicas. Sendo preciso compreender com mais ênfase esse fenômeno multifatorial em vista a tríade 'classificação, desclassificação e a reclassificação' em potencial nessa modalidade de arquivo. Da mesma forma, os arquivos pessoais consistem em conjuntos de documentos analógicos, digitais e tridimensionais, produzidos, recebidos e acumulados ao longo do tempo. Eles são compostos por elementos de humanidade, pois refletem a



experiência de um sujeito, expandindo-se para a compreensão de um tempo e espaço moldados pelo corpo e pela psique desse mesmo sujeito.

Apesar de sua essência individual, a expansão epistêmica dos arquivos pessoais ocorre porque esses acervos funcionam como fontes de informação, conhecimento, memória e saberes, refletindo a experiência de um corpo e psique moldados por um tempo e espaço específicos. Apesar deles não existirem como mecanismos pensados para representar mundo, eles o fazem de forma orgânica, um excedente para compreensão da história cultural das sociedades. Ao compreender e abordar as especificidades, características, humanidades e subjetividades dos arquivos pessoais, discute-se o caráter individual desses arquivos, mas ampliado para o social. Isso influencia a postura do arquivista em relação a eles, considerando sua materialidade, os espaços em que estão inseridos, bem como sua preservação e acesso.

4 GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA

A Governança Arquivística tem mobilizado inovações teóricas e técnicas em um cenário de profundas transformações, especialmente nos últimos trinta anos, através de seu objeto a Gestão arquivística (Jardim, 2018). Quando Jardim (2018, p. 32) aponta os aspectos sociais, culturais, políticos e técnico-científicos, o autor está se referindo também à influência destes sobre o fazer e refazer da Arquivologia, ao mesmo tempo que requer um olhar interdisciplinar frente à condição multifatorial que se apresenta destes aspectos com outros presentes no conceito do autor. Segundo Bachelard (1996) a ciência é a estética da inteligência, e a Arquivologia não está isenta dessa premissa. Assim, a forma de pensar e repensar que refletem o fazer e o refazer da Arquivologia advêm dos aspectos sociais, culturais, políticos e técnico-científicos, tanto positivamente quanto negativamente, de tal modo que Jardim (2018, p. 32) faz o convite para se pensar através destes dois caminhos com vista à Governança Arquivística, sempre focando o contexto atual.

Ao pensar a 'qualidade' e a 'democracia', o convite se entende e traz luz para esse pensar e repensar sobre o fazer e o refazer que deve se incidir sobre essas duas intra-áreas. A 'qualidade' aborda o lado de dentro do acervo, pode ser entre outras, acerca da classificação e desclassificação como das tecnologias e técnicas, da informação, conhecimentos e o saberes. A 'democracia' considera o lado de fora, na disseminação, acesso livre e visibilizar a memória, essas que orbitam os sujeitos como também as



intuições no desejo do cuidado, aquisição e busca da informação de forma eficaz e eficiente.

Neste fluxo, a Governança arquivística converge mediante uma rede de interesses, ações, atores sociais e institucionais que transpõe os limites da autoridade e institucionalidade da administração das instituições arquivísticas, com vista à plena participação de todos (Jardim, 2018; Cougo Junior; Albernaz, 2017). Pensar estas possibilidades, se configura a Governança arquivística com ações interdisciplinares através da colaboração de diferentes conceitos, métodos e procedimentos que abarcam todos os tipos e protocolos da interdisciplinaridade.

A gestão arquivística tem alcance significativo na Arquivologia, de tal modo, que seus elementos mobilizadores teórico-técnicos orbitam a natureza e lugares de produtos, serviços e instituições arquivísticas. Segundo Jardim (2018, p. 32), a gestão arquivística atravessa todo os processos do ciclo do documento, inclusive, a produção de mecanismos que facilitam esses processos. Neste sentido, se percebe que a Gestão arquivística como conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para administrar e preservar documentos e informações de forma organizada e eficiente, inclui pensar na produção de mecanismos, de novas tecnologias, inclusive nas tecnologias de desclassificação, capazes de atender as demandas atuais que surgem por novos fatores do âmbito dos aspectos sociais, culturais, políticos e também técnico-científicos do próprio campo.

Do mesmo modo, a Gestão arquivística no campo das inovações ocorre epistemologicamente pela Governança Arquivística, pois a primeira não é um substituto a segunda, e vice-versa. Para Bachelard ‘Todo objeto científico traz a marca de um progresso do conhecimento.’ (Bachelard, 1977, p. 130), logo se deve pensar nos pontos epistêmicos da Governança Arquivística para a Gestão arquivística, como por exemplo, através da inovação com chave para a vigilância como progresso do conhecimento.

Para Bachelard (1996, p. 21) todas as ciências desconfiam das identidades aparentes, deste modo, a vigilância deve e pode começar através da desconfiança para promover o novo, e com isso visualiza a construção de estratégias, métodos e tecnologias sofisticadas, como os mecanismos de desclassificação na Arquivologia, para que essa em termos dos modos de fazer e refazer sejam eficazes e efetivas. Para promover o novo, Bachelard (1996) argumenta também sobre as tecnologias e técnicas, para ele em certa medida elas devem pensar pelo pesquisador, de tal modo que a perspectiva da fenomenotécnica é importante para a Arquivologia. Assim, ela poderá ir além dos



caminhos até então não percorridos, especialmente quanto ao uso das tecnologias clássicas e pós-modernas na tarefa de pensar pelos arquivistas, deste modo suspendendo, aprimorando, bem como construindo novas possibilidades na área.

Em suma, refletir todas estas questões, significa pensar a Governança arquivística para além da Gestão de documentos numa perspectiva diferenciada como argumenta Melo, Silva e Esteves (2022), que configura a Governança arquivística como um campo reflexivo, como um campo epistêmico, pois Venâncio (2022, p. 27) a noção de Governança arquivística tem um desdobramento para uma proposta de reflexão. E como campo epistêmico ela pensa nos avanços da Arquivologia através de três prismas que se refletem mutuamente, a histórico-epistêmico, que versa na formação da Arquivologia; a teórico-epistêmico, que aborda os conceitos, teorias e construtos científico da Arquivologia; e técnico-epistêmico, nas filosofias da tecnologia e técnicas da Arquivologia, construídas, adotadas, usadas e refinadas.

5 TEORIA DA DESCLASSIFICAÇÃO DE GARCÍA GUTIÉRREZ

A desclassificação é tão imperativa quanto classificar, pois, ela supõe, reclassificar (García Gutiérrez, 2007), fazer o retorno para melhor ordenar a informação e/ou os dados. Deste modo, a DGG como construto sociológico no fluxo de uma inclinação interdisciplinar teórica pode ser situada e aplicado em diversos contextos, e sua ligação interdisciplinar com a Arquivologia incide sobre o fazer e refazer da área, assim examina como certas informações que são inicialmente classificadas com bases os aspectos sociais, culturais, políticos e também técnico-científicos e que ao logo do tempo perdem sua classificação inicial por diferentes motivos.

Segundo García Gutiérrez (2006) a classificação, em seu sentido tradicional, tende a dividir e separar de acordo com princípios hierárquicos e absolutistas. Em contrapartida, a desclassificação introduz uma nova ordem, permitindo a classificação sob diferentes lógicas, com o objetivo de agregar e reunir. Na DGG se considera a filosofia de que ela não nega a classificação, envolve o pressuposto metacognitivo e o pluralismo lógico. Além de não negar a classificação, García Gutiérrez (2011) não propõe uma desclassificação como substituição das ferramentas convencionais e/ou clássica de classificação, mas, que a desclassificação atue quando essas ferramentas se mostram inadequadas, assim agrupando-se a elas de maneiras a superar as discrepâncias e incongruências inerentes, o que faz da desclassificação um vetor epistêmico-técnico. Para



ele, a classificação e a desclassificação não são antagonistas, não há forças de tensão dicotômicas e/ou antagônicas, uma vez que a desclassificação não se opõe à classificação (Vanin, 2024). Essa premissa se ancora na lógica de que o oposto de classificar seria simplesmente não classificar. A desclassificação sempre implica em uma reclassificação, uma abordagem com outras filosofias e objetivos (García Gutiérrez, 2018).

No que diz respeito à metacognição, essa dimensão refere-se à consciência e à senciência. A consciência é um conceito que abrange a percepção, a sensação e a introspecção, permitindo que o sujeito tenha consciência de si mesmo. Por sua vez, a senciência é a capacidade dos sujeitos humanos e de alguns organismos mais simples de perceber os eventos no fluxo das emoções, sentimentos e afetações de forma consciente e impostar-se sobre elas, assim monitorando, controlar, organizar e modificar esses mesmos eventos e seus excedentes para o presente e o futuro, e com isso potencializando a construção de conhecimento (Almada, 2019; Silva; Ataíde Júnior, 2020). Portanto, a metacognição versa em refletir através da percepção, a sensação e a introspecção, e sozinho selecionar e usar o melhor método para resolver uma tarefa ou problema.

O pluralismo lógico aborda a coexistência de diferentes ideias (García Gutiérrez, 2007), e para Vanin (2024), ele dá conta da aceitação das contradições, reduz desigualdades, os apagamentos e silenciamentos; oferece uma explicação a respeito dos operadores complexo e transcultural; versa sobre a revisão; revela contradições quanto a um recurso cognitivo e preferencial; visualiza aceitação da possibilidade de diferentes interpretações e na rejeição da ideia de uma racionalidade única. Portanto, em vez de temê-los deve-se considerá-lo indispensáveis para compreender e representar a informação adequadamente aos diversos conteúdos, formatos e massa dos documentos.

Em suma, a desclassificação é um olhar hermenêutico novo, é um retorno imperativo sobre os aspectos sociais, culturais, políticos e técnico-científicos ao qual se refere Governança Arquivística. Esse retorno se dá através da crítica, a retórica, a reflexão, emoções, o afeto e a contradição como alicerces de processos sistemáticos (Almeida; Saldanha, 2021). Para Farias e Almeida (2016, p. 7) quanto a esse novo olhar a partir da desclassificação versa em revisar práticas interpretativas, e como sujeito interpretativo, o arquivista deve manter compromisso como o caráter metacognitivo.

Para Vanin (2024), com base em García Gutiérrez (2018), a desclassificação seria um processo pode ser requerido pelo desejo de um sujeito, de grupo ou comunidade por meio transversalidade. Deve ocorrer de forma semelhante à lógica paraconsistente, ou



seja, pode trabalhar como a possibilidade ou impossibilidade de admissão das contradições em que as ferramentas de abordagens críticas e emancipatórias convencionais não conseguem superar os dilemas epistêmicos teóricos e técnicos. Na desclassificação, o sujeito deve escolher e aplicar uma estratégia *ad hoc*. Assim, os procedimentos adotados são indicativos e podem ser ampliados ou reduzidos, reformulados ou combinados. Essa flexibilidade permite que se adaptem às situações e contextos que exigem uma heteroautogestão única, sensível e intransferível. Apesar da enérgica autoexigência metacognitiva na desclassificação se assume a sua própria contradição como fundamental (Vanin, 2024). Desse modo, a desclassificação pode ser feita sob os aspectos sociais, culturais, políticos e técnico-científicos, esses destacados por Jardim (2018, p. 31) e que embasam a Governança Arquivística, ao qual destaca Vanin (2024).

6 ANÁLISES E DISCUSSÃO

Como estudo exploratório que se constroem nos conhecimentos, ideias e hipóteses, essa pesquisa localizou oito bases epistêmicas que podem ser explorados nos estudos teóricos quanto aplicados da desclassificação na arquivologia, em que a inclinação interdisciplinar emerge, já que esses aspectos podem ser atravessados por fenômeno como o 'erro', a 'mudança de *status*', a 'mudança de suporte', a 'evolução e ruptura tecnológica'; a 'evolução e ruptura técnica', condições de 'sigilo', a 'discriminação e o preconceito' e os 'riscos de perda de informação'.

A 'doutrina dos erros' é valiosa em qualquer área do conhecimento, para Bachelard (1996), os erros epistêmicos, incluindo os técnicos, devem ser destacados como elementos fundamentais e constitutivos do processo de criar e recriar, são produtivos, e não meras imperfeições a serem evitadas. Ele também aponta que o principal obstáculo ao processo de criar e recriar o conhecimento no pensamento pré-científico era a ausência de uma doutrina sobre os erros epistêmicos. Sendo preciso errar, em especial quando se trata de produção científica, pois, ela somente é erguida pelas reconsiderações desses erros. Para ele o erro precisa ser instrumentalizado como motor do conhecimento, pois, não há verdade sem erro reconsiderado, e a atitude objetiva é resultado da história dos erros subjetivos.

A 'mudança de *status*' se refere ao fato que um determinado 'arquivo se torna pessoal', visto que muitas vezes por falta de recursos, interesses e conhecimentos do



arquivista a vida do sujeito é anexada, confundida com sua vida profissional e artística na medida que ele se figura em um arquivo institucional, do mesmo modo antagonizando o valor pessoal como menos valia. Para Oliveira, Sobral, Silva (2018) os arquivos pessoais passam por fundamentos teóricos e procedimentos técnicos ainda contraditórios, e essas que contradições muitas vezes são justificadas em função do processo de produção documental inerente ao ambiente privado e da intimidade, que diferem do dos procedimentos técnicos da produção documental de arquivos institucionais.

A 'mudança de suporte', para Melo, Silva e Esteves (2022) teóricos e profissionais da Arquivologia têm se empenhado em acompanhar as mudanças de suporte e a transformação digital, e como estratégia se visualiza a ampliação do diálogo com outros campos do conhecimento. Nesse processo, revisões teórico-práticas epistêmicas foram realizadas e novas metodologias surgiram para viabilizar que as funções das tecnologias e técnicas que possam tratar os documentos arquivísticos digitais. Porém, ao focar os arquivos pessoais quanto às influências das TIC que recai sob as práticas arquivísticas no despertar dos teóricos e profissionais, a importância é crucial. Para Córdula *et al.* (2019), no contexto dos arquivos pessoais, ainda é escasso esse entrosamento com o meio das tecnologias e técnicas, nos sentidos, inclusive na dimensão evolução e ruptura.

A tecnologia é um conjunto de saberes, principalmente de princípios científicos, que se aplica a uma determinada atividade, mas ela pode se conformar como um simples artefato criado pelo sujeito nos primórdios de sua história, segundo Leakey e Lewin (1982 p. 08): [...] um ser humano primitivo pegou um seixo, e com alguns golpes habilidosos transformaram-no num implemento [...] uma peça de deliberada tecnologia." O discurso de Leakey e Lewin (1982) é ilustrativo, e possibilita construir uma imagem epistêmica acerca da tecnologia, especialmente de evolução e ruptura tecnológica, em que um galho usado para desenterrar raízes ou para retalhar a carne de um animal morto ao logo o tempo fora usado como artefato de demanda do sujeito primitivo e fora superado com sua evolução. Melo, Silva e Esteves (2022) argumento que os arquivistas têm tralhado para essa questão de superação, evolução e ruptura tecnológica, especialmente, no campo TIC na Governança Arquivística, assim, evolução e ruptura tecnológica devem ser considerados.

Na 'evolução e ruptura técnica' também devem ser consideradas, pois a técnica é um conjunto de regras, protocolos e/ou modos de agir, especialmente em relação às potencialidades de uma tecnologia e à sua utilização. A técnica pode emergir como saber



vulgar tradicional, ou seja, senso comum, mas, pode ser impregnado na produção de saberes científicos, que não é reconhecido como tal, mas como vetor epistêmico. Ou seja, na ciência a técnica supõe um objetivo preciso, supõem saberes, já disponíveis ou novos. Na ciência a produção e o uso da técnica versam em alcançar um número finito de atos numa ordem dada e também com um objetivo definido. Contudo, a técnica implica valores, uma vez que “tal coisa é útil ou adequada para tal outra” quanto a ação e consenso do uso dela e do que ela produz (Assunção, 2014). E como tal, ela perde valor através de uma nova demanda e exigência advindas de novos aspectos sociais, culturais, políticos e também técnico-científicos, e neste fluxo a evolução e ruptura técnica são realidades, pois novas podem surgir e outras se tornar obsoletas.

Referente ao ‘vetor sigilo’, destaca-se o decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019 no capítulo II da comissão permanente de avaliação de documentos, o Art. 9º e inciso IV, ao ‘[...] analisar os conjuntos de documentos para a definição de sua destinação final, após a desclassificação quanto ao grau de sigilo’. O sigilo é uma condição que se considera na classificação de uma informação, variando em diferentes graus/níveis, como ultrassecreto, secreto e reservado (Brasil, 2019). Segundo o ‘Guia Sobre informações classificadas e desclassificadas no âmbito do Poder Executivo Federal’ (Brasil, 2024), ao focar o sigilo no âmbito da desclassificação, deve pensar e fazer dois movimentos, a) sigiloso, tornar o conteúdo sigiloso que antes era não-sigiloso, b) não-sigiloso, tornar o conteúdo não-sigiloso, que antes era sigiloso. Portanto, o sigilo se figura nesta lógica em que o arquivista pode avaliar essa os motivos da atribuição de noção de sigiloso e não-sigiloso na aplicação da desclassificação, em que uma instituição e/ou sujeito podem solicitar a desclassificação de uma informação, removendo seu status de sigiloso e atribuindo-lhe o caráter de não-sigiloso, e vice-versa (Brasil, 2024).

A ‘discriminação e preconceito’, versa na marginalização, criminalização e estigmatização de alguns grupos sociais, em que o processo de classificação em alguma medida são atravessados através de lógicas colonizadoras que perpetuam violências e injustiças sociais, promovendo em determinada conjuntura social exclusão, como as minorias étnicas ou raciais que enfrentaram com mais ênfase a discriminação e o preconceito sistemáticos e estruturais que empurrado e mantido para as margens da sociedade a partir da classificação primeira, como, por exemplo, a comunidade LGBTQIA+, pois, para Vanin (2024) estratégia de aplicação da desclassificação como para organizar o legado LGBTQIA+ não objetiva substituir as abordagens convencionais, mas de



complementá-las, introduzindo operadores teóricos que eliminam hierarquias para a promoção do pluralismo lógico (Vanin, 2024, p. 250). A premissa pode ser aplicada para outras comunidades sub-representadas, pois, ela abre espaço de pluralidade de vozes e experiências que contribuíram e continuam a contribuir para a construção da identidade cultural das comunidades (Vanin, 2024), pois, discriminação e preconceito por conseqüências estão minimizados.

Quanto aos ‘riscos de perda de informação’, a preocupação da Arquivologia na ampliação do diálogo com outros campos do conhecimento para revisões teórico-práticas epistêmicas ocorre também com a área Gestão de riscos. Ela se refere a ‘[...] organização que visa proteger todos os seus recursos (humanos, financeiros, materiais) das conseqüências de possíveis eventos aleatórios que possam ameaçar o crescimento ou desempenho da mesma.’ (Tavares, 2013, p.3). No âmbito da Arquivologia, por exemplo, é imprescindível se debruçar sobre o futuro no contexto de antecipação, no âmbito da preservação e conservação do legado das culturas e memórias, em que a desclassificação feita em acervos a filosofia do risco versa em reduzir o potencial informacional dos conteúdos dos documentos.

7 Considerações

A aplicação, reflexão e reavaliação dos processos metodológicos exploratórios desta pesquisa, como sua base filosófica e as inferências apontadas, revelam que o objetivo da pesquisa foi obtido. A hipótese apontada como uma das inferências descreve que a desclassificação pode ser pensada e aplicada através de um conjunto de bases teórica-epistêmicas. Porém, sobre essa hipótese, deve-se promover alargamentos por outros estudos teóricos e práticos para amadurecimento destas descobertas, ou para refutá-las, se for o caso.

Nestas bases teórica-epistêmicas, se destaca a ‘doutrina dos erros’, um fator que precisa ser instrumentalizado como motor do conhecimento para reconfiguração. Destaca-se também a mudança de *status*’, ela versa, entre outros, na distinção dos itens documentais pessoais e da vida produtiva institucionais do sujeito produtor que muitas vezes são confundidos como somente um fundo. Além destas, se visualiza a ‘mudança de suporte’, especialmente, quando se considera a transformação digital, pois, a lógica dos suportes sempre foi uma preocupação genuína na construção e preservação do conhecimento. Nesta lógica, se inclui pensar mais duas bases, como a ‘evolução e ruptura



tecnológica', essa que promove as mudanças de suportes, pois novos suportes e tecnologias inferem em pensar novas técnicas, uma vez que a técnica é conjunto de regras, protocolos e/ou modos de agir contextuais. É importante pensar as condições de 'sigilo', que em determinado momento da classificação foi aplicado para proteger o sujeito produtor e a própria informação contida nos documentos.

Além destas, é imperativo também considerar o 'domínio da discriminação' e o preconceito, na minimização as lógicas colonizadoras através das violências e injustiças sociais e simbólicas acerca das minorias étnicas, raciais e outros grupos sub-representados.

E por fim, deve-se pensar os 'riscos de perda de informação' que se debruça sobre os acervos atuais com vistas ao futuro no sentido de preservação da memória ao longo dos anos frente aos riscos eminentes naturais e humanos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T.; SALDANHA, G. S. Tópoi, tropos, loci e a teoria da cultura contra o epistemicídio: diálogos com antonio garcía gutiérrez, 2021. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21, 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: UFRJ, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/193105>. Acesso em: 02 maio 2024.

ASSUNÇÃO, A. V. A poética do intelecto: relações entre o imaginário e a tecnologia na formação técnico-profissional. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 48, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/4758>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACHELARD, G. **O Racionalismo aplicado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BEZERRA, V. C. A. **Epistemografia Interativa como prática em ambientes digitais**: um protótipo no Repositório Filatélico Brasileiro, 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Recife, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019**. Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal [...]. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/decretos-federais/decreto-no-10-148-de-2-de-dezembro-de-2019>. Acesso em: 02 maio 2024.



BRASIL. **Guia sobre informações classificadas e desclassificadas no âmbito do poder executivo federal**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/acessoinformacao/pt-br/lai-para-sic/transparencia-passiva/guias-e-orientacoes/GuiaInfClasificadasatualizado.pdf>. Acesso em: 02 maio 2024.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Édit -Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951. Disponível em: <http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CAMARGO, A. M. A.; GOULART, S. **Tempo e circunstância a abordagem contextual dos Arquivos Pessoais**. Brasília: Instituição Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CANAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO, S. A. Personal archives as auto/biography: (Re)constructing life narratives through personal archives, *In: ANTUNES, A. C. ; ANGJELIU, G.; BELLANOVA, M. Advances in Cultural Heritage Studies*, 2020. Contributions of the European Students' Association for Cultural Heritage, Mazu Press, Oeiras, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/46944736/Personal_archives_as_auto_biography_Re_constructing_life_narratives_through_personal_archives. Acesso em: 02 maio 2024.

CÓRDULA, A. C. C. *et al.* Arquivo pessoal José Simeão Leal: possibilidades de aplicação de produtos e serviços de informações arquivísticas. *In: OLIVEIRA, B. M. J. F.; ROSA, M. N. B.; CÓRDULA, A. C. C. (org.). Vidas desarquivadas: memórias que narram os arquivos privados pessoais*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. 286p. Disponível em: <https://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/361>. Acesso em: 02 maio 2024.

COUGO JUNIOR, F. A.; ALBERNAZ, R. O. A externalização de arquivos à luz da avaliação e patrimonialização arquivística. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES*, 6., 2017, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Coninter, 2017.

FARIAS, M. C. Q. S.; ALMEIDA, C. C. A desclassificação em García Gutiérrez: contribuições às abordagens socioculturais da organização do conhecimento, 17. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 17, 2016, Salvador. **Anais [...]** Salvador: UFBA, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/190653>. Acesso em: 02 maio 2024.

FARIAS FILHO, J. R. *et al.* Método de pesquisa misto para identificação do problema de pesquisa. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, v. 10, n. 22, p. 88-102, set./dez. 2018. Disponível em: https://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/5155. Acesso em: 02 maio 2024.



GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Desclassificação na organização do conhecimento**: ensaio pósepistemológico. **TransInformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/116250>. Acesso em: 15 jul. 2021.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103-112, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tinf/a/49xzkXKxWSbxPRCKx6RfX8t/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 02 nov. 2024.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Desclasificados**: pluralismo lógico y violencia de la clasificación. Barcelona: Anthropos, 2007.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?

Psicologia: teoria e pesquisa, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2>. Acesso em: 02 maio 2024.

HOBBS, C. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. **Archivaria**, v. 52, p. 126-135, 2001.

JARDIM, J. M. Governança arquivística: contornos para uma noção. **Acervo**, v. 31, n. 3, p. 31-45, 2018. Disponível em:

<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987>. Acesso em: 22 jul. 2024.

LEAKEY, R. E.; LEWIN, R. **Origens**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1982.

MELO, J. H.; SILVA, J. T.; ESTEVES, R. C. S. P. A. Análise dos decretos estaduais sobre sistemas eletrônicos de gestão de documentos à luz da governança arquivística. **Em Questão**, Porto Alegre, n. online, 2022. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/#/v/194697>. Acesso em: 02 maio 2024.

OLIVEIRA, L. M. V. ; SOBRAL, C. C.; SILVA, J. A. Repensando as cartas em arquivos pessoais. In: SEMINÁRIO HISPANO-BRASILEIRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E SOCIEDADE, 7. 2018, Madri. **Anais [...]**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, Universidad de Murcia. Disponível em:

[http://seminariohispano-](http://seminariohispano-brasileiro.org.es/ocs/index.php/viishb/viishbucm/paper/view/381/16)

[brasileiro.org.es/ocs/index.php/viishb/viishbucm/paper/view/381/16](http://seminariohispano-brasileiro.org.es/ocs/index.php/viishb/viishbucm/paper/view/381/16). Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTANA, S. R.; MELO, M. L.D.; MARTINS, E. E. O USO DOS SOFTWARES DE IDENTIFICAÇÃO DE SIMILARIDADE TEXTUAL NO CONTEXTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DO KITSCH: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM VISTA À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E CIENTÍFICA In:

Seminário Internacional de Informação, Tecnologia e Inovação, 6., 2024, Alagoas. **Anais [...]**.

Alagoas: PPGCI/UFAL, 2024. Disponível em: <https://doity.com.br/visiti#schedule>. Acesso em: 14 out. 2024.



SILVA, C.; SILVA, R. Arquivo Pessoal: Fundo documental Neusa Carson. **Revista Fragmentum**, Santa Maria. n. 37, p. 31-41, 2013.

TOHIDI, H.; JABBARI, M. M. Different Stages of Innovation Process. **Procedia Technonology**, v.1, p. 574-578, 2012.

THIRY-CHERQUES, H. R. SATURAÇÃO EM PESQUISA QUALITATIVA: ESTIMATIVA EMPÍRICA DE DIMENSIONAMENTO. **PMKT – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing**, São Paulo, 2009. Disponível em: https://revistapmkt.com.br/wp-content/uploads/2009/09/SATURACAO_EM_PESQUISA_QUALITATIVA_ESTIMATIVA_EMPIRICA_DE_DIMENSIONAMENTO.pdf. Acesso em: 13 jan. 2024.

VENÂNCIO, R. P. Governança arquivística: um tema de pesquisa em construção. In: CUNHA, F. J. A. P.; MATOS, M. T. N. B.; LIMA, G.L.Q. **Governança arquivística em organizações públicas e privadas no Brasil: Teoria e prática**.2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35442/1/governanca-arquivistica-REPO.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

YEO, G. Concepts of Record (2): Prototypes and Boundary Objects. **The American Archivist**, Chicago, v. 71, p. 118-143, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40294496>. Acesso em: 22 maio 2024.

VANIN, L. F. **Organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC sob a perspectiva da desclassificação**. 2024. 282 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254829?show=full>. Acesso em: 11 jun. 2024.

